



Entre gênero e território: dinâmicas de participação e autonomia feminina em ampliações de habitações sociais

Maria Eliza de Freitas Otoni, Nádia Leite e Simone Barbosa Villa

OTONI, Maria Eliza de Freitas; LEITE, Nádia; BARBOSA VILLA, Simone. Entre gênero e território: dinâmicas de participação e autonomia feminina em ampliações de habitações sociais. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 20, e 583, dez. 2025

data de submissão: 03/09/2025

data de aceite: 05/12/2025

DOI: 10.51924/revthesis.2025.v10.583

Maria Eliza de Freitas OTONI 

Universidade Federal de Uberlândia; Faculdade de Arquitetura e Design; Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo; maria.otoni@ufu.br

Nádia LEITE 

Universidade Federal de Uberlândia; Faculdade de Arquitetura e Design; Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo; nadialeite.arq@gmail.com

Simone BARBOSA VILLA 

Universidade Federal de Uberlândia; Faculdade de Arquitetura e Design; Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo; simonevilla@ufu.br

Contribuição de autoria: Concepção; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição: OTONI, M. E. F.; LEITE, N.; BARBOSA VILLA, S. Análise; Metodologia: OTONI, M. E. F.; LEITE, N. Coleta de dados: OTONI, M. E. F. Supervisão: BARBOSA VILLA, S.

Conflitos de interesse: As autoras certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa - Processo nº 306977/2025-7 e Bolsa de Fomento - Processo 422450/2023-5) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (Bolsa de Fomento Processo nº 88887.912588/2023-00)

Uso de I.A.: Foi utilizado ChatGPT de forma pontual, com o objetivo de auxiliar na revisão textual e aprimoramento da escrita acadêmica. A ferramenta não foi empregada para geração de dados, resultados ou decisões analíticas. Todos os dados, análises e conclusões são de responsabilidade dos pesquisadores.

Editores responsáveis: Ana Claudia Cardoso e Isis Pitanga



Resumo

O artigo analisa as interseções entre gênero, moradia e a participação feminina nas reformas habitacionais em contexto de habitação de interesse social. Destaca-se o papel das mulheres na gestão do lar, na organização do espaço doméstico e nas estratégias de consolidação das moradias. Com base em estudos de caso realizados nos conjuntos habitacionais térreos, Shopping Park e Pequis, ambos em Uberlândia, Brasil, identifica-se o protagonismo feminino como elemento central na adaptação e uso desses espaços. O objetivo é compreender como as dinâmicas de gênero influenciam os processos de decisão, adaptação das unidades habitacionais e evidencia esse protagonismo na condução de reformas e ampliações. Com isso, reflete e contribui também para os ODS 5, 10 e 11, igualdade de gênero, redução das desigualdades e cidades e comunidades sustentáveis, respectivamente. O trabalho é fruto de duas pesquisas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e se insere na pesquisa institucional maior "[RES_TEC] Resiliência no ambiente construído e tecnologia social por meio de instrumentos digitais de APO e ATHIS" (financiada pelo PQ/CNPq). A partir da organização metodológica, tem-se uma abordagem qualitativa que combina elementos de análise etnográfica e fenomenológica, com aplicação de questionários junto às comunidades estudadas. Ao indicar uma representatividade maior nos questionários aplicados, as mulheres se mostram majoritariamente responsáveis pelas residências, superam significativamente os homens nessa função, o que reforça seu papel nas ampliações das casas para adequar às necessidades. Diante disso, destaca-se a importância de formular estratégias específicas para reformas em HIS, com ênfase em estudos voltados ao suporte das mulheres que lideram suas residências.

Palavras-chave: gênero, habitação social, protagonismo feminino, autoconstrução.

Abstract

The article analyzes the intersections between gender, housing, and female participation in housing reforms in the context of social housing. It highlights the role of women in household management, the organization of domestic space, and strategies for consolidating housing. Based on case studies conducted in the ground-floor housing complexes Shopping Park and Pequis, both in Uberlândia, Brazil, female leadership is identified as a central element in the adaptation and use of these spaces. The objective is to understand how gender dynamics influence decision-making processes and the adaptation of housing units and highlight this leading role in conducting renovations and expansions. As such, it also reflects and contributes to SDGs 5, 10, and 11, gender equality, reduction of inequalities, and sustainable cities and communities, respectively. The work is the result of two postgraduate studies (master's and doctorate) and is part of the larger institutional research project "[RES_TEC] Resilience in the built environment and social technology through digital APO and ATHIS tools" (funded by PQ/CNPq). Based on the methodological organization, a qualitative approach was used that combines elements of ethnographic and phenomenological analysis, with questionnaires administered to the communities studied. By indicating greater representation in the questionnaires administered, women show themselves to be primarily responsible for the households, significantly surpassing men in this role, which reinforces their role in expanding homes to suit their needs. Given this, it is important to formulate specific strategies for HIS renovations, with an emphasis on studies aimed at supporting women who lead their households.

Keywords: gender, social housing, female protagonism, self-construction.

Resumen

El artículo analiza las intersecciones entre género, vivienda y participación femenina en las reformas habitacionales en el contexto de la vivienda social. Se destaca el papel de las mujeres en la gestión del hogar, la organización del espacio doméstico y las estrategias de consolidación de las viviendas. A partir de estudios de caso realizados en los conjuntos habitacionales térreos, Shopping Park y Pequis, ambos en Uberlândia, Brasil, se identifica el protagonismo femenino como elemento central en la adaptación y el uso de estos espacios. El objetivo es comprender cómo las dinámicas de género influyen en los procesos de decisión y adaptación de las unidades habitacionales, y evidenciar ese protagonismo en la realización de reformas y ampliaciones. Con ello, se reflexiona y se contribuye también a los ODS 5, 10 y 11, igualdad de género, reducción de las desigualdades y ciudades y comunidades sostenibles, respectivamente. El trabajo es el resultado de dos investigaciones de posgrado (maestría y doctorado) y se inscribe en la investigación institucional más amplia "[RES_TEC] Resiliencia en el entorno construido y tecnología social mediante instrumentos digitales de APO y ATHIS" (financiada por el PQ/CNPq). A partir de la organización metodológica, se adopta un enfoque cualitativo que combina elementos de análisis etnográfico y fenomenológico, con la aplicación de cuestionarios a las comunidades estudiadas. Al indicar una mayor representatividad en los cuestionarios aplicados, las mujeres se muestran mayoritariamente responsables de los hogares, superando significativamente a los hombres en esta función, lo que refuerza su papel en la ampliación de las viviendas para adaptarlas a las necesidades. Ante esto, se destaca la importancia de formular estrategias específicas para reformas en HIS, con énfasis en estudios orientados al apoyo de las mujeres que lideran sus hogares.

Palabras-clave: *género, vivienda social, protagonismo femenino, autoconstrucción.*

Introdução

Para as mulheres, a escassez territorializada, traduzida na precariedade da infraestrutura urbana, contrastes espaciais e opressão social, se manifesta em violência, distinções no acesso aos recursos públicos, serviços urbanos, trabalho, entre outros. Com isso, por mais que homens e mulheres partilhem da mesma condição social, as mulheres sempre estarão em uma posição desfavorável, pois ambos vivenciam diferentemente o cotidiano urbano. Isso porque há um conjunto de fatores culturais, simbólicos normativos, institucionais e de "subjetividades sexuais" que radicalizam a forma desigual com que as mulheres são inseridas nas cidades (Macedo, 2002).

Segundo o Dossiê da Agência Patrícia Galvão (2014), episódios de violência fazem parte do cotidiano de muitas mulheres: 43% são agredidas diariamente e 35% afirmam vivenciá-las semanalmente. Entre os fatores que contribuem para a permanência dessas

mulheres em contextos abusivos, destaca-se a falta de acesso a alternativas habitacionais seguras. Apesar de sua relevância, essa questão ainda é pouco considerada nas análises institucionais sobre a demanda habitacional no país (Arquitetura na Periferia, s.d.).

Conforme estabelece a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, que instituiu a nova versão do Programa Nacional habitacional uma das prioridades na seleção de beneficiários e na alocação de recursos é dada às famílias chefiadas por mulheres. Dados oficiais indicam que do total de contratos nas modalidades subsidiadas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) firmados no ano passado, 85% foram assinados por mulheres. Na linha financiada, 50% foram realizados com mulheres (Brasil, 2025).

Sarmiento, Brandão e Novas (2022), expõe um número maior de famílias monoparentais de mulheres, e evidenciam, nesse contexto, opressões de gênero, classe e raça. Os quadros 01 e 02, adaptados de informações da Fundação João Pinheiro (2022), apresentam e viabilizam dados que evidenciam as mulheres como maioria (62,6%) entre os responsáveis por domicílios em situações de habitação precária e déficit habitacional, sendo a região Sudeste com a taxa feminina de 70%. Esse dado evidencia que as mulheres enfrentam uma responsabilidade desproporcional na gestão de lares em condições inadequadas, refletindo desigualdades socioeconômicas estruturais.

Região	Homens (%)	Mulheres (%)
Sul	41	59
Sudeste	36	64
Norte	39	61
Centro-Oeste	37	63
Nordeste	37	63

Quadro 01: Déficit habitacional no Brasil e por regiões.
Fonte: Autoras.

Região	Homens (%)	Mulheres (%)
Sul	46	54
Sudeste	30	70
Norte	38	62
Nordeste	42	58
Centro-Oeste	39	61

Quadro 02: Habitação precária no Brasil e por regiões.
Fonte: Autoras.

Para a maioria destas mulheres, a habitação representa o maior investimento de suas vidas, no entanto, esse investimento não se reflete na qualidade das moradias disponíveis, o que gera considerável insatisfação (Patacchini e Venanzoni, 2014). Diversos fatores podem ser citados para a problemática da qualidade habitacional e social, sendo um deles a abordagem restrita de estudos e análises que concentram apenas nos atributos físicos das habitações e negligenciam os valores percebidos pelos moradores (Berr et al., 2015; Bonatto, Miron e Formoso, 2011; Chombo e Youm, 2021).

Os programas habitacionais, em muitos casos, não atendem às necessidades básicas dos moradores, o que demonstra uma desarticulação entre suas funções sociais e ambientais, bem como entre as políticas urbanas e habitacionais (Villa, Bortoli e Vasconcellos, 2023). Geralmente, os empreendimentos habitacionais oferecem unidades com metragens mínimas e tipologias padronizadas, não correspondendo às reais necessidades das famílias (Simões e Leder e Labiki, 2021). Isso resulta em baixa adaptabilidade das habitações, e faz com que os moradores realizem reformas e ampliações por conta própria (Logsdon et al. 2016, Bridi et al, 2023), especialmente em casas térreas, onde apresenta um terreno relativamente grande e a edificação ocupando apenas pequena parte dele (Bortoli e Villa, 2020).

Nesse contexto, observa-se que muitas mulheres estão à frente das reformas e ampliações em suas casas, sendo as responsáveis pelos lares e, muitas vezes, com poucos recursos financeiros, elas assumem o protagonismo na concepção e execução dessas intervenções. No entanto, por realizarem sem assistência técnica, essas reformas, frequentemente, não resultam em melhorias nas condições de habitabilidade. Sendo assim, a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) apresenta-se como recurso essencial que deve ser incorporado às experiências dessas mulheres, além de ser um direito garantido como parte de políticas públicas habitacionais (Cardoso e Lopes, 2022). No Brasil, esse direito é respaldado pela Lei Federal nº 11.888/2008, que assegura assistência técnica gratuita para o projeto e construção de habitações de interesse social destinadas a famílias de baixa renda (Brasil, 2008), no entanto sua implementação ainda é limitada.

Esta pesquisa concentrou-se nas reformas e ampliações realizadas por mulheres em suas residências e apresenta um recorte de duas investigações: uma

de doutorado, cujo objetivo é analisar a relação entre gênero, HS e os processos de decisão; e outra de mestrado, que investiga a relação entre o sistema construtivo e as ampliações em HS, ambas no contexto de moradias unifamiliares térreas vinculadas ao PMCMV, faixa 1. O estudo contribui também para os ODS 5, 10 e 11, igualdade de gênero, redução das desigualdades e cidades e comunidades sustentáveis, respectivamente. Espera-se que os resultados desses estudos contribuam para a criação de artefatos, manuais e orientações projetuais voltados à realização de reformas e intervenções que promovam habitações mais resilientes. Essas pesquisas integram um projeto institucional mais amplo, denominado [CASA RESILIENTE] Estratégias projetuais para a promoção da resiliência em habitação social a partir de métodos de avaliação pós ocupação¹, do grupo [MORA] – pesquisa em habitação², além do projeto atual [RES_TEC] Resiliência no ambiente construído e tecnologia social por meio de instrumentos digitais de APO e ATHIS³.

Como metodologia, adota-se um recorte da revisão bibliográfica realizada na pesquisa de doutorado, juntamente com o estudo empírico baseado na aplicação de questionários da pesquisa de mestrado. A coleta de dados fundamenta-se em métodos de Avaliação Pós-Ocupação (APO), com ênfase na aplicação do instrumento de questionário. Ao longo do texto, são apresentados: a metodologia adotada para o artigo e a caracterização dos estudos de caso; a análise dos resultados obtidos; e, por fim, as considerações finais.

Método

Este recorte está inserido em pesquisas maiores orientadas pelo método científico hipotético-dedutivo, com base na abordagem *Design Science Research*, cujo princípio é a criação de artefatos como resultado investigativo, com foco na solução de problemas em sistemas existentes (Dresch et al., 2015). Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza empírica, quali-quantitativa e prescritiva. Para atingir os objetivos estabelecidos, a metodologia baseia-se no método de estudo de caso (Yin, 2001), aplicado de forma exploratória para subsidiar o desenvolvimento do artefato, além de empregar métodos e técnicas de Avaliação Pós-Ocupação (Ono et al., 2018; Preiser, Hardy e Schramm, 2018), aplicadas aos estudos de caso selecionados. O recorte deste artigo foi estruturado em duas etapas principais: (i) Pesquisa Bibliográfica; (ii) Pesquisa Empírica, com foco na aplicação de questionários.

¹ [CASA RESILIENTE] Estratégias projetuais para a promoção da resiliência em habitação social a partir de métodos de avaliação pós ocupação, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Bolsa Produtividade em Pesquisa, nº 311624/2021-9). Website da pesquisa: <<https://www.casaresiliente.com/>>.

² [MORA] Grupo de pesquisa que promove diversas discussões sobre o habitar, formado em junho de 2009 pela profª Drª Simone Barbosa Villa, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUeD) da Universidade Federal de Uberlândia. Website do grupo de pesquisa: <<https://morahabitacao.com/>>.

³ [RES_TEC] Resiliência no ambiente construído e tecnologia social por meio de instrumentos digitais de APO e ATHIS, financiada pelo CNPq – Bolsa Produtividade em Pesquisa (nº 306977/2025-7).

O questionário, composto por perguntas padronizadas, teve como objetivo obter informações representativas e generalizáveis de uma população específica (Villa, Saramago e Garcia, 2015; Oseland, 2023). Essa abordagem metodológica quantitativa é amplamente empregada em estudos de APO, pois permite capturar, de forma sistemática, as percepções e experiências dos usuários.

Caracterização e justificativa dos estudos de caso

Os estudos de caso estão localizados no estado de Minas Gerais, no município de Uberlândia, e de acordo com o IBGE (2024), ele apresenta uma área territorial de 4.115,206 km² e uma população estimada de 754.954 mil pessoas e com uma densidade demográfica de 173,31hab/km². A cidade é a segunda maior do estado, precedida apenas da capital Belo Horizonte.

Com isso, a análise empírica realizou-se a partir da comparação entre dois objetos do estudo de caso localizados em Uberlândia: o Residencial Pequis (RP), na gleba 2A4 e o Bairro Shopping Park, no Residencial Sucesso Brasil (RSB) (gleba). Ambos os empreendimentos são conjuntos habitacionais horizontais térreos, integrantes do PMCMV, Faixa 1, situados, respectivamente, nas regiões oeste e sul da cidade. Os Bairros Pequis e Shopping Park apresentam, respectivamente, um total de 2000 e 3200 casas, porém o universo geral da pesquisa consiste em 350 casas, sendo 175 casas do Residencial Sucesso Brasil e 175 casas da gleba 2A4 (figuras 01 e 02).

A Figura 1 evidencia o distanciamento físico dos empreendimentos em relação ao centro do município. As mulheres são alocadas em áreas periféricas caracterizadas por menor oferta de serviços públicos, baixa diversidade de atividades urbanas e infraestrutura limitada, o que aprofunda processos de segregação, restringindo o acesso aos serviços básicos. Segundo Villa et al. (2017), por exemplo, o acesso ao Residencial Pequis, em veículo privado, pode levar até 40 minutos, e com isso, aumentam também os gastos financeiros com transporte público e dificuldades de acesso à cidade de forma efetiva.

Como apresentado da figura 2, que compreende os anos de anos 2012, 2017 e 2023, os residenciais não apresentam mudanças significativas, pois os projetos permitem pouca transformação. Para melhor compreensão, o Quadro 03 apresenta uma síntese das principais características do estudo de caso:

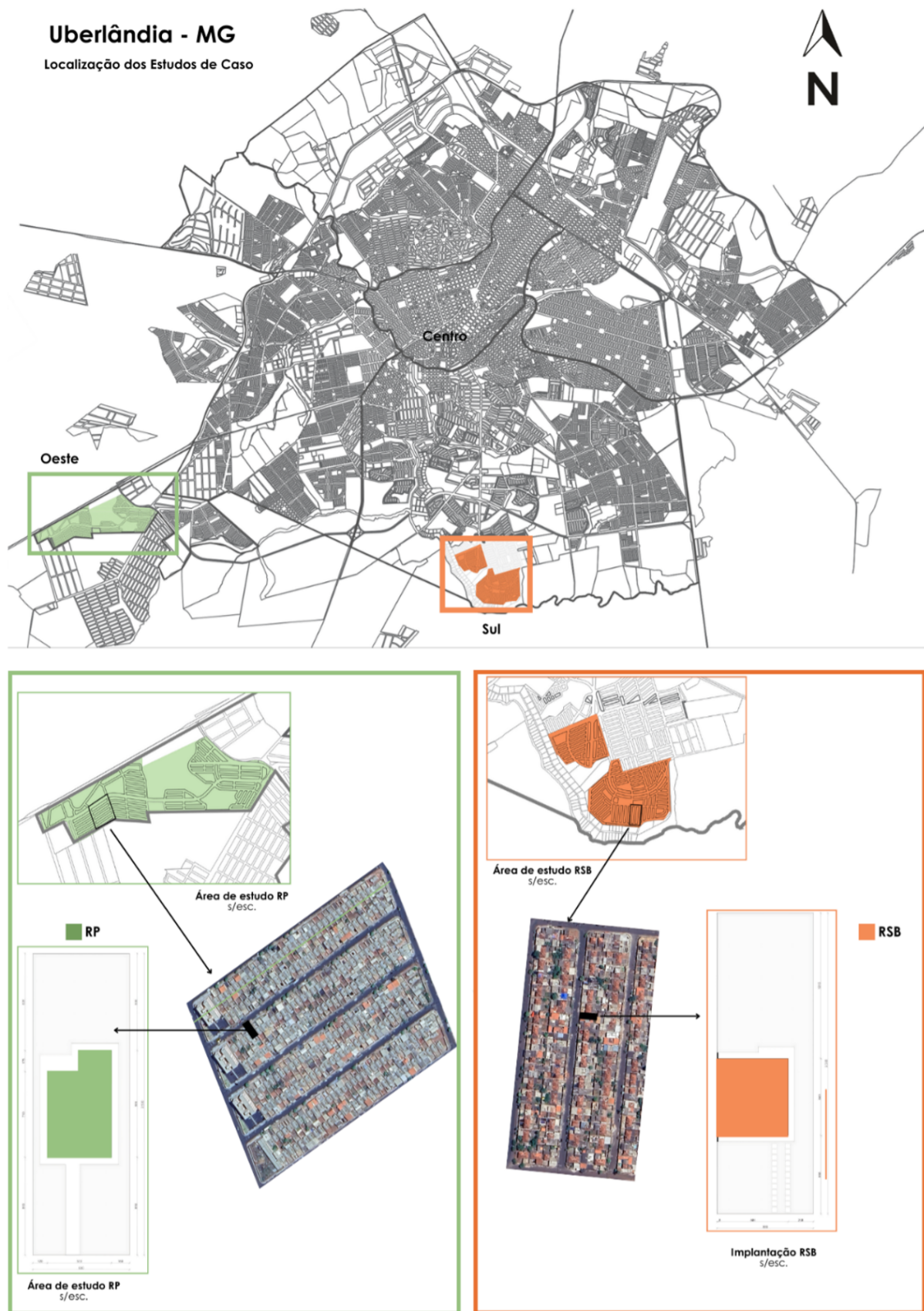


Figura 01
Recorte dos estudos de caso em Uberlândia.
Fonte: Autoras.

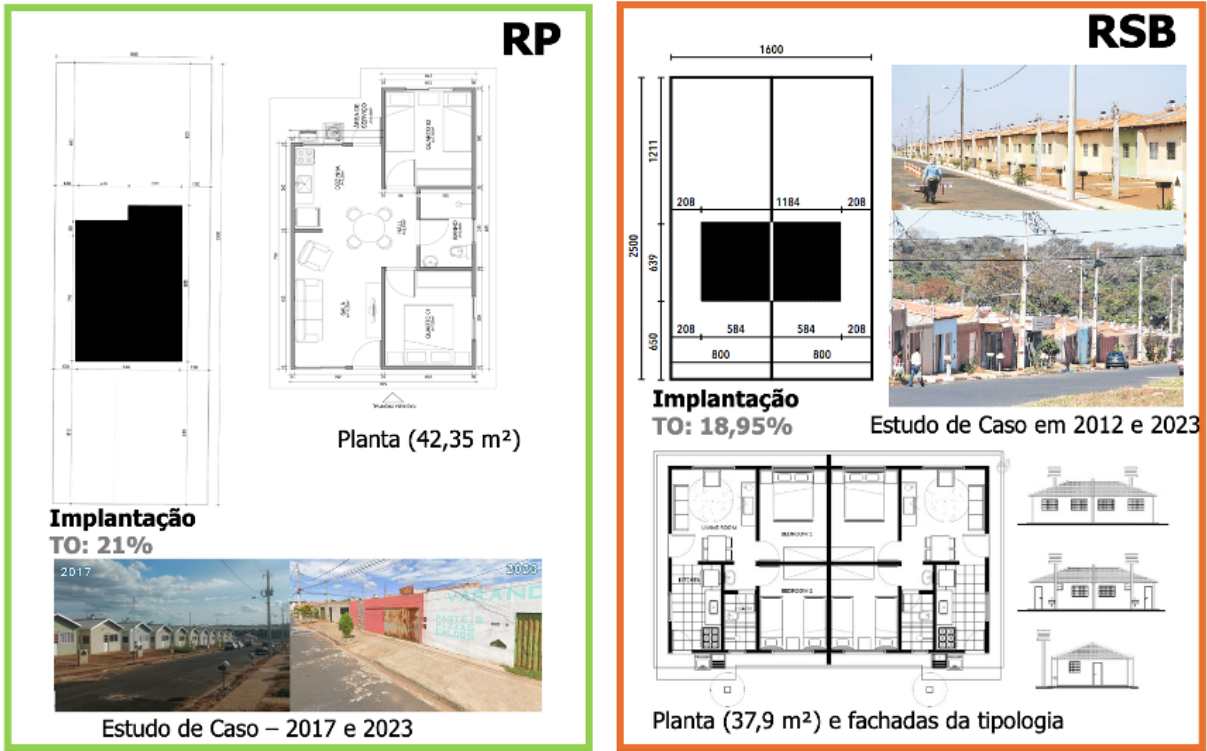


Figura 02
Implantações e plantas-baixas dos residenciais RP e RSB.
Fonte: Autoras.

Aspectos Analisados	RP	RSB
Programa	MCMV - Faixa 1	MCMV - Faixa 1
Ano de Entrega	2016/2017	2010/2011
Áreas	UH = 42,35 m² L = 200 m²	UH = 37,9 m² L = 200 m²
Taxa de ocupação	21%	18,95%
Tipologia/Inserção	Casa térrea/Isolada	Casa térrea/Geminada
Sistema Estrutural	Paredes de Concreto (10 cm) (moldada in loco)	Alvenaria Estrutural de Blocos Cerâmicos (9x9x19 cm)
Proposta de ampliação	Sim	Não
Proposta de ampliação do RP		

Quadro 03
Síntese das características dos estudos de caso.
Fonte: Autoras.

Amostragem

O recorte da pesquisa compreende 72 questionários aplicados presencialmente nos dois conjuntos habitacionais (36 no RP e 36 no RSB), com amostragem probabilística, nível de confiança de 95% e margem de erro de 9,9%. A análise adotada neste artigo concentra-se nas dinâmicas de gênero, considerando 25 mulheres entrevistadas em cada conjunto, com um total de 50, a fim de evidenciar o protagonismo feminino na condução e transformação das habitações, para além de uma leitura estritamente quantitativa. A coleta ocorreu entre maio e julho de 2024, por meio de abordagem presencial, incluindo residentes maiores de 18 anos, aptos a compreenderem as perguntas e que estivessem presentes no momento da visita. A pesquisa atendeu às diretrizes éticas do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAE 56151522.3.0000.5152).

Resultados e discussões

A revisão bibliográfica evidenciou que os dados analisados revelam a intersecção entre gênero, moradia e desigualdade estrutural, e como a separação histórica entre o espaço doméstico e o urbano contribuiu para naturalizar a presença feminina na casa, ao mesmo tempo que esse lugar é invisibilizado. Essa lógica se reflete na realidade de muitas mulheres, especialmente as que estão em situação de vulnerabilidade, que enfrentam cotidianamente algum tipo de violência, e que muitas vezes não têm acesso a alternativas habitacionais seguras. Embora programas habitacionais contemplem em sua legislação, a prioridade das casas para famílias chefiadas por mulheres, isso ainda não se traduz em transformações estruturais. Com isso, a maior parte dos contratos é assinada por mulheres e, no entanto, permanecem sobrecarregadas pela responsabilidade do lar em contextos de precariedade.

Diante desse panorama, por meio da aplicação em campo, a primeira seção do questionário refere-se aos dados e informações gerais, cujos resultados são apresentados a seguir (figura 03).

Em ambos os conjuntos habitacionais analisados, a maioria dos entrevistados é do gênero feminino, com 25 mulheres e 11 homens em cada residencial. Como o objetivo dessa pesquisa é investigar nos dados referentes à gênero, foi filtrado da pesquisa maior apenas as respostas das mulheres participantes. Segue abaixo o quadro 4, com a síntese desses resultados.

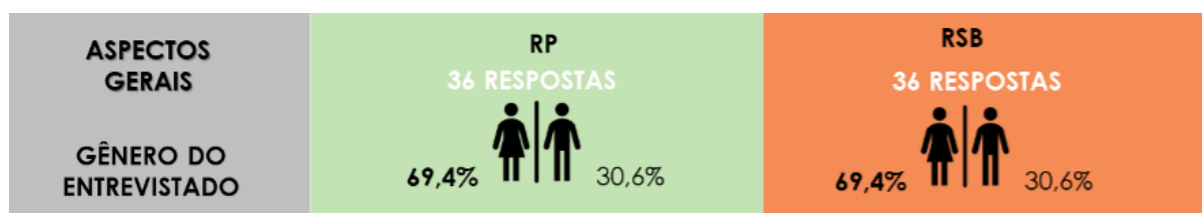


Figura 03
Resultado geral (gênero).
Fonte: Autoras.

Amostra 25 MULHERES em cada CH		RP (%)	RSB (%)
Idade da entrevistado:	Adulto - de 20 à 59 anos	92%	76%
	Idoso - a partir de 60 anos	8%	16%
	Jovem - até 19 anos	0%	8%
Renda média mensal familiar (Salário-mínimo 2024 R\$ 1.412,00):	1 a 2 salários mínimos	72%	44%
	2 a 3 salários mínimos	12%	40%
	3 a 4 salário mínimos	4%	16%
	Não têm renda	12%	0%
Quantas pessoas moram em sua residência?	3 a 4 pessoas	68%	52%
	1 a 2 pessoas	20%	24%
	5 a 6 pessoas	12%	24%
A qual tipo de família você pertence hoje?	Mãe + Filhos	48%	24%
	Casal + Filhos	32%	44%
	Mulher sozinha	8%	4%
	Casal	4%	4%
	Casal + Filhos + Parente	4%	18%
Sexo do responsável financeiramente pela sua residência	Mulher	88%	60%
	Homem	12%	40%
A residência onde você mora é:	Própria/Financiada pelo programa MCMV	84%	96%
	Cedida	12%	0%
	Alugada	4%	4%
Qual a sua satisfação em relação a quantidade de cômodos ENTREGUES INICIALMENTE na sua residência?	Insatisfeito	48%	40%
	Satisfeito	40%	16%
	Muito Insatisfeito	8%	28%
	Muito Satisfeito	4%	16%
Se sente satisfeito com as dimensões/área dos cômodos entregues originalmente da sua casa?	Insatisfeito	52%	52%
	Muito Insatisfeito	24%	28%
	Satisfeito	20%	12%
	Muito Satisfeito	4%	8%
O que motivou a sua ampliação?	Falta de espaço	88%	72%
	Cômodo inexistente	12%	24%
	Incidência de sol/chuva	8%	0%
	Necessidade de renda	0%	4%
Quem idealizou/projetou a sua ampliação/reforma?	Morador/Vizinho sem conhecimento técnico	88%	76%
	Pedreiro	12%	24%
	Arquiteto/Eng. Civil	0%	0%
Quem executou a sua ampliação/reforma?	Morador, familiares ou vizinhos	60%	24%
	Prestador de serviço + moradores/familiares	20%	12%
	Prestador de serviço contratado	20%	60%
	Não soube responder	0%	4%
Você sentiu falta de uma assistência técnica?	Sim	76%	68%
	Não	24%	32%
Se sim, porque não buscou um profissional* (amostra reduzida, 19 RP e 18 SP):	Custo	84%	78%
	Não sabia quem procurar	16%	11%
	Não encontrou	0%	6%
Você sentiu dificuldade em relação ao sistema construtivo para realizar essa ampliação?	Sim	52%	56%
	Não	20%	16%
	Não soube dizer	8%	28%

Quadro 04
Síntese dos resultados dos questionários.
Fonte: Autoras.

A análise da faixa etária dos entrevistados revela uma predominância de adultos entre 20 e 59 anos em ambos os estudos de caso. No entanto, o RSB apresenta maior diversidade etária, com uma proporção mais elevada de idosos e a presença de jovens entrevistados, ao contrário do RP, onde não foram registrados jovens entre os respondentes.

Os dados dos questionários indicam que a renda média dos moradores do RSB é superior à dos moradores do RP. Enquanto a maioria dos residentes do RP possui renda entre 1 e 2 salários-mínimos, os moradores do RSB apresentam uma distribuição mais equilibrada entre as faixas de 1 a 2 e de 2 a 3 salários-mínimos. Embora não seja possível afirmar com precisão as causas dessa diferença, considera-se que o tempo de ocupação pode ser um fator relevante. Como o RSB foi entregue anteriormente, é possível que isso tenha favorecido um processo gradual de estabilização socioeconômica dos moradores.

Nos dois conjuntos, a mediana de ocupantes por residência varia entre 3 e 4 pessoas, número considerado elevado em relação à metragem reduzida das unidades habitacionais, compostas por apenas dois quartos. Essa condição tende a gerar sobrecarga dos ambientes, comprometendo o conforto, a privacidade e a funcionalidade dos espaços — o que reforça as críticas aos modelos padronizados de habitação de interesse social (Bonduki, 2004; Simões e Leder, 2022).

No RP, 88% das mulheres declararam-se responsáveis financeiras pelo lar, enquanto no SP esse índice foi de 60%, o que reafirma o protagonismo feminino na gestão das residências. No RP predomina a configuração familiar de mãe com filhos (48%), ao passo que no RSB prevalece o casal com filhos (44%), com isso, os dados demonstram, em ambos residenciais, que a presença dos filhos é a composição central na maioria das famílias entrevistadas.

Evidencia-se a insatisfação das moradoras com relação à quantidade de cômodos entregues originalmente e às dimensões internas das unidades. No RP, 48% das mulheres estão insatisfeitas com a quantidade de ambientes, enquanto no RSB esse índice chega a 40%, o que revela que a oferta inicial não atende às necessidades reais das mulheres. Essa percepção se intensifica quando são analisadas as dimensões dos cômodos: 52% das mulheres em ambos os conjuntos estão insatisfeitas com o tamanho dos espaços. A insatisfação quanto ao número e ao tamanho dos ambientes indica que as unidades são rigidamente pa-

dronizadas, pouco adaptáveis às composições familiares e às dinâmicas cotidianas.

Os dados também apontam que a grande maioria das mulheres assume diretamente a responsabilidade pela concepção das melhorias em suas moradias: 88% no RP e 76% no RSB declararam ter idealizado ou projetado suas próprias ampliações e reformas, com conhecimentos empíricos de práticas sociais ou com apoio informal de vizinhos.

As ampliações e reformas das moradias ocorrem, em grande medida, como resposta à inadequação dos projetos originais, cujos cômodos e dimensões não atendem plenamente às necessidades das famílias. Embora as unidades possuam sistemas construtivos estruturais que exigem acompanhamento técnico, as intervenções são realizadas sem suporte especializado. Além disso, grande parte das moradoras entrevistadas não identificaram corretamente o sistema estrutural de suas casas, aspecto que confirma a falta de orientação técnica e desinformação sobre os limites da edificação. Ainda assim, persiste a necessidade de reformar e ampliar, mesmo que por meios informais, como estratégia de adaptação ao uso real do espaço.

A ausência de assistência técnica mostra-se amplamente recorrente nos dois residenciais: 76% das moradoras do RP e 68% do RSB afirmam não contar com esse



Figura 04
Exemplos de reformas espontâneas realizadas pelos moradores dos estudos de caso, sem acompanhamento técnico. Fonte: Autoras.

suporte. O custo aparece como principal impedimento (84% RP; 78% RSB) seguido pelo desconhecimento sobre a quem recorrer. Além disso, a maioria das entrevistadas relatou dificuldades para compreender os sistemas construtivos de suas moradias (Figura 04).

Esses resultados evidenciam a capacidade das mulheres de liderar processos de melhoria habitacional mesmo em contextos adversos, marcados por restrições financeiras e ausência de apoio técnico. A comparação entre os dois conjuntos revela que, mesmo sem autorização formal ou respaldo institucional, as moradias são adaptadas de forma espontânea, com as mulheres compondo a centralidade nesse processo. Tais achados reforçam a urgência de políticas públicas que incorpore o recorte de gênero, o acesso à assistência técnica em habitação de interesse social e flexibilizem projetos padronizados, além de reconhecer a atuação das mulheres como estratégia fundamental para a consolidação de comunidades mais seguras, resilientes e inclusivas.

Considerações Finais

Os resultados obtidos nos estudos de caso, evidenciam que as mulheres desempenham papel central nas dinâmicas familiares e decisões de ampliações e reformas. Em um contexto em que as mulheres lideram os lares, especialmente em territórios vulneráveis socioeconomicamente, é fundamental que ações de melhorias habitacionais considerem suas demandas como questões desse planejamento para a urgência de políticas que reconheçam o protagonismo de gênero.

Além disso, no município estudado, o acesso à assistência técnica ainda não se concretiza plenamente, o que acarreta riscos à segurança, limitações na qualidade construtiva e dificuldades de adaptação das moradias às demandas das famílias. Portanto, os achados evidenciam a necessidade de consolidar políticas públicas que garantam esse acesso para o projeto e a construção de habitações de interesse social. Nesse contexto, evidencia-se que a efetividade de intervenções habitacionais seguras depende de investimentos, e da ampliação de acesso ao conhecimento técnico, do reconhecimento das práticas populares e da cooperação entre moradores, profissionais da área, setor privado e gestão pública.

Dessa forma, este estudo contribui para o debate sobre a relação entre gênero, território e habitação, o qual evidencia-se que a efetivação do direito à mora-

dia adequada passa necessariamente pelo reconhecimento das práticas cotidianas das mulheres. Também auxilia na compreensão de lacunas importantes na literatura ao evidenciar a articulação entre gênero e território nas práticas de autoconstrução, ampliação e sistemas construtivos habitacionais. E, embora o protagonismo feminino em contextos populares seja discutido em outras abordagens, ainda são escassos os estudos que analisam como as mulheres participam das decisões técnicas e operacionais das reformas e ampliações em habitações sociais.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa - Processo nº 306977/2025-7 e Bolsa de Fomento - Processo 422450/2023-5) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Bolsa de Fomento Processo nº 88887.912588/2023-00). Às moradoras dos Residenciais Pequis e Sucesso Brasil.

Referências

ALBER, G.; KRONENBÜRGER, L. *Consciência ecológica: Será que a sustentabilidade é feminina?* Goethe Institut [s.d.]. Disponível em: <https://www.goethe.de/prj/hum/pt/nac/24954447.html>. Acesso: 20 mai. 2024.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARQUITETURA NA PERIFERIA. *Déficit habitacional no Brasil: uma questão de gênero*. Disponível em: <https://arquiteturanaperiferia.org.br/deficit-habitacional-no-brasil-uma-questao-de-genero/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BERR, L. R. et al. Indicador de falhas de qualidade baseado na percepção dos usuários de Habitação de Interesse Social. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 19–35, 2015.

BONATTO, F. S.; MIRON, L. I. G.; FORMOSO, C. T. *Avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social com base na hierarquia de valor percebido pelo usuário*. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 67–83, 2011.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª edição, São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

BORTOLI, K. C. R. de; VILLA, S. B. Adequação ambiental como atributo facilitador da resiliência no ambiente construído em Habitações de Interesse Social. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p.1–422, 2020.

BRASIL. Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. *Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005*. Diário Oficial da União, Brasília, 24 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/L11888.htm.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Programa Minha Casa Minha Vida prioriza titularidade da mulher nos contratos e registros de moradia*. Brasília: Ministério das Cidades, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/noticia-mcid-n-985?utm_source=. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRIDI, M. E.; PRADO, C. N. DE A.; GRANJA, A. D.; SZYMANSKI, L.; KOWALTOWSKI, D. C. K. Identificação de oportunidades melhorias em habitações sociais existentes na primeira etapa de um Living Lab durante a pandemia da Covid-19. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 93–111, 2023.

CARDOSO, F. S.; LOPES, J. M. de A. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: do discurso à construção da prática profissional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. 1, p. 1–24, 2022.

CHOMBO, I. M.; YOUM, S. H. *Building performance evaluation of public housing in Harare, Zimbabwe*. Acta Structilia, v. 28, n. 2, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://journals.ufs.ac.za/index.php/as/article/view/5796/4199>

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JR, J. A. V. *Design Science Research*. Cham: Springer International Publishing, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil: Déficit Habitacional – Brasil e Regiões (PnadC 2022)*, 2022. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados: Uberlândia*. IBGE Cidades, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberlandia.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Dossiê Violência contra as Mulheres: violência doméstica e familiar*. 2014. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LOGSDON, L.; PAIVA, R. R.; GALLO, D. L. L.; FERREIRA, D. F. *O morador e a moradia: um estudo de caso no PMCMV em Cuiabá - MT*, São Paulo. XVI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Anais [...]. São Paulo: set. 2016

MACEDO, Márcia. *Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres*. In: BUARQUE; SIMIÃO; MACEDO. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. GT-gênero. Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania: Recife, 2002, p. 56-79.

ONO, R.; ORNSTEIN, S.; VILLA, S.; FRANÇA, A. J. *Avaliação pós-ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática*. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2018.

OSELAND, Nigel. *A Practical Guide to Post-Occupancy Evaluation and Researching Building User Experience*. Londres: Routledge, 2023.

PREISER, W. F. E.; HARDY, A. E.; SCHRAMM, U. (Eds.). *Building Performance Evaluation*. Cham: Springer, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-56862>

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SARMIENTO, L.; BRANDÃO, R.; NOVAS, M. *Gestión feminista del hábitat: reflexiones desde la piel doméstica al desafío de la existencia*. ed.1. Córdoba: Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad, 2022.

SIMÕES, G. M. F.; LEDER, S. M.; LABAKI, L. C. How uncomfortable and unhealthy can social (low-cost) housing in Brazil become with use? *Building and Environment*, v. 205, 2021.

SIMÕES, G. M. F.; LEDER, S. M. *More space, please: spatial adaptations (modifications) and their impact on the habitability of Social Houses*. *Ambiente Construído*, v. 22, n. 3, p. 7-29, 2022.

VILLA, et al. *Relatório Final: Método de análise da resiliência e adaptabilidade em conjuntos habitacionais sociais através da avaliação pós-ocupação e coprodução*. Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

VILLA, S.; SARAMAGO, H.; GARCIA, J. *Avaliação Pós-Ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida: uma experiência metodológica*. Uberlândia: UFU/PROEX, 2015.

VILLA, S. B.; BORTOLI, K. C. R.; VASCONCELLOS, P. B.; PARREIRA, F. V. M., ARAÚJO, G. M.; BRAGA, T. H. C.; MORAES, R. A.; OLIVEIRA, M. N.; OLIVEIRA, N. F. G.; BARBOSA, M. C. R.; FILHO, M. O. C.; PENA, I. C.; FARIA, J. G. *BER HOME - Resiliência no ambiente construído em habitação social: métodos de avaliação tecnologicamente avançados*. Relatório final: Uberlândia, Minas Gerais: PPGAU, FAUED, Universidade Federal de Uberlândia, março de 2022.

VILLA, S. B.; BORTOLI, K. C. R. DE; VASCONCELLOS, P. B. Assessing the built environment resilience in brazilian social housing: challenges and reflections. *Caminhos de Geografia*, v. 24, n. 94, 1 ago. 2023.

YIN, R. K. *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.